



ITAGUAÍ CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A.

CNPJ: 10.827.182/0001-22



Relatório da Diretoria – 2024: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Rio de Janeiro, xx de março de 2025. A Diretoria.

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	50.350	45.719
Contas a receber	107	696
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	84	1.298
Adiantamentos a fornecedores (Nota 5)	146	5.832
Despesas antecipadas (Nota 13)	4.213	8.092
Imposto de renda e contribuição social a compensar (Nota 12)	7.815	17.658
Impostos a recuperar	2.554	6.583
Estoques	4.480	5.176
Outros	2.595	1.384
	72.346	90.438
Não circulante		
Despesas antecipadas (Nota 13)	51	3.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	67.240	92.793
Adiantamento Fornecedores (Nota 5)	5.616	-
Outras Contas a Receber (Nota 6)	6.469	-
Imobilizado (Nota 7)	4.601	5.951
	83.977	102.611
Total do ativo	156.323	193.049
Passivo Circulante		
Fornecedores	11.017	13.356
Salários e encargos sociais a pagar (Nota 8)	59.839	61.844
Obrigações fiscais	2.793	7.757
Adiantamentos de cliente (Nota 16)	-	17.746
Valores faturados e recebidos em excesso a receita de construção recebida (nota 10)	398.205	266.509
Empréstimo com parte relacionada (Nota 11)	140.874	113.341
	612.728	480.553
Não circulante		
Adiantamentos de cliente (Nota 16)	17.746	-
Provisão para encargos trabalhistas (Nota 8)	42.491	39.676
Provisão para contrato oneroso (Nota 18)	39.294	17.246
Provisão para contingências (Nota 19)	4.001	-
	103.533	56.922
Patrimônio líquido (negativo) (Nota 9)		
Capital social	1.897	1.725
Prejuízos acumulados	(561.835)	(346.151)
	(559.938)	(344.426)
Total do passivo e do patrimônio líquido (negativo)	156.323	193.049

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Receita líquida (Nota 10)	203.964	87.072
Custos de produção (Nota 14)	(349.300)	(420.940)
Prejuízo bruto	(145.336)	(333.868)
Outras (despesas) receitas operacionais	(763)	436
Provisão contrato oneroso (Nota 18)	(22.048)	(17.246)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(168.147)	(350.678)
Resultado financeiro (Nota 15)		
Despesas financeiras	(32.903)	(20.750)
Receitas financeiras	11.497	18.294
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(189.553)	(353.134)
Imposto de renda corrente	(581)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	(25.552)	40.457
Prejuízo do exercício	(215.686)	(312.677)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(215.686)	(312.677)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(215.686)	(312.677)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.725	(33.472)	(31.748)
Prejuízo do exercício	-	(312.677)	(312.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.725	(346.149)	(344.424)
Aumento de capital	172	-	172
Prejuízo do exercício	-	(215.686)	(215.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.897	(561.835)	(559.938)

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(189.553)	(353.134)
Ajustes		
Provisão para encargos trabalhistas	2.815	4.166
Resultado de aplicação financeira	-	(971)
Varição cambial	23.268	(3.385)
Provisão para contrato oneroso	22.049	17.246
Provisão para contingências	4.001	-
Juros sobre empréstimos	4.702	517
Depreciação sobre o ativo imobilizado	2.187	2.529
	(130.351)	(333.032)
Aumento (redução) nos ativos e passivos		
Adiantamentos a fornecedores	70	1.334
Contas a receber	1.803	90.079
Despesas antecipadas	5.695	(1.658)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.842	13.626
Fornecedores	(2.339)	3.560
Salários e encargos sociais a pagar	(2.005)	9.288
Obrigações fiscais	(4.964)	(1.872)
Valores Faturados em excesso a Receita de Construção	131.696	163.120
PIS e COFINS a recuperar	4.029	953
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.963)	824
Outros	(2.835)	870
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	5.498	(52.908)
Atividades de investimento		
Resgate de aplicação financeira	-	66.431
Aquisição de imobilizado, líquido	(867)	(2.056)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de investimento	(867)	64.375
Atividades de financiamento		
Empréstimos com partes relacionadas	-	32.769
Operações com derivativos	-	(21.109)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento	-	11.663
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.631	23.130
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.719	22.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50.350	45.719
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.631	23.130

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Itaguaí Construções Navais S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por seu estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. A Companhia tem por objeto social: (A) preponderantemente, (i) a fabricação, construção, e manutenção de 4 (quatro) submarinos convencionais ("S-BRs") e um submarino de propulsão nuclear ("SNCA"), incluindo a montagem dos sistemas operacionais e de software exigidos; (ii) operação e manutenção de um estaleiro naval de propriedade da Marinha do Brasil; (iii) prestação de serviços e fornecimento diretamente relacionados à fabricação, construção e manutenção de 4 (quatro) S-BRs e 1 (um) SNCA; e (iv) importação e exportação de bens diretamente relacionados à fabricação, construção, e manutenção de 4 (quatro) S-BRs e 1 (um) SNCA; e (B) subsidiariamente, (i) a elaboração e a execução de projetos de engenharia, fabricação, construção, integração, operação, reparo e manutenção relativos a meios navais militares destinados às forças armadas nacionais e estrangeiras ou de embarcações de interesse nacional, incluindo, mas não se limitando à embarcações combatentes ou não combatentes, submarinos convencionais e de propulsão nuclear, instalação e montagem de sistemas e sub-sistemas (*hardware e software*); e (ii) outras atividades acessórias necessárias à consecução do objeto social da Companhia. Os contratos com a Marinha do Brasil para os S-BRs (contrato 1B) e SNCA (contrato 2B) são o propósito específico da existência da Companhia relativo ao cumprimento do objeto social descrito acima, os quais foram celebrados em 3 de setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2024, a situação de cada submarino era a seguinte: • S-BR1. Riachuelo: Ao longo de 2024, foi realizado o terceiro período de manutenção planejada (IMA3). Atualmente, o submarino está atracado para a realização do quarto período de manutenção planejada (IMA4). • S-BR2. Humaitá. Em 2024 foram realizados os dois primeiros períodos de manutenção planejada (IMA1 e IMA2), além do atendimento a chamadas de garantia. Atualmente, o submarino está docado para realização de manutenções corretivas e atendimento a chamadas de garantia; • S-BR3. Tonelero. O submarino foi lançado ao mar em março/2024, fez o mergulho estático em outubro e a primeira navegação autônoma na superfície em novembro. Atualmente encontra-se em provas de mar, com previsão de assinatura do TRAP (Termo de Recebimento e Aceitação Provisória) em outubro/2025. • S-BR4. Almirante Karam. Previsão de embarque das baterias em maio/2025 e realização da primeira carga completa em julho. Seguem as atividades industriais visando o lançamento ao mar em dezembro/2025. Em relação ao SNCA (Submarino Nuclear Convencionalmente Armado), o projeto encontra-se em fase de revisão orçamentária pela Companhia para que seja apresentado para a Marinha do Brasil, visando a formalização de contratação para o início das atividades. Além do contrato para fabricação dos submarinos SBR's, durante o ano de 2022 a Companhia iniciou a operação de novos contratos com a Marinha do Brasil, conforme detalhado abaixo: **Contrato de Seção de Qualificação:** O Contrato de Seção de Qualificação foi assinado em 10 de dezembro de 2021, tendo por objeto a fabricação, construção e entrega à Marinha do Brasil das Seções de Qualificação Preliminar do SCPN, bem como dispositivos de montagem. O valor total atualizado previsto com o contrato em 2024 é de R\$165.625 (R\$150.773 em 31 de dezembro de 2023). A Seção de Qualificação encerrou o ano de 2024 com o cumprimento da última parcela do SQ.03, referente a fabricação dos JIGs de subseção e atingiu o marco SQ.04 por completo. As prestações recebidas deste

marco englobam a conclusão do delineamento de estruturas para testes e parametrização, além da conclusão da qualificação/requalificação de soldadores, da fabricação dos primeiros anéis de alma e flange, da primeira cavema e chapa de casco da TR11. Também inclui a conclusão do corte de chapas em aço HLES (Haute Limite Elastique Soudable) e a primeira usinagem de cavema da TR11, no JIG de subseção. Além disso, também foi assinado o IA01, primeiro termo aditivo do contrato. Conforme Nota Explicativa 9, o valor total da receita de serviços reconhecida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi R\$37.634 (R\$ 32.600 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **Contrato do Bloco 40:** Contrato assinado em 09 de maio de 2022, cujo valor atualizado em 31/12/24 é de R\$354.161 (originalmente R\$ 356.000), tendo como objeto a fabricação e montagem eletromecânica de sistemas do LABGENE (protótipo, em terra, da planta nuclear do futuro submarino com propulsão nuclear brasileira), através do qual a Companhia prestará os seguintes serviços: (i) como parte da fase preliminar, são previstas a execução de atividades anteriores à fabricação e montagem eletromecânica do LABGENE, envolvendo a instalação do ambiente controlado, a elaboração da metodologia construtiva e sequência lógica e a preparação industrial em conformidade com a especificação técnica adequada; (ii) fabricação das tubulações, suportes e acessórios estruturais, bem como a maior parte das atividades de montagem eletromecânica dos sistemas de contenção, instalação de equipamentos, penetrações, blindagens, isolamento térmico, pintura, inspeções e testes; e (iii) finalização da montagem eletromecânica dos sistemas. Principais acontecimentos em 2024: • Preparação e aprovação de documentos para ampliar a Certificação CNEN junto a entidade certificadora independente que é o IBQI; • Elaboração do delineamento e levantamento material para fabricação do sistema de travamento do casco do Bloco 40; • Aquisição de material para fabricação do Sistema de Travamento do Bloco 40; • Análise e verificação do projeto segundo Norma CNEN, com o objetivo de iniciar o delineamento, que é uma atividade que antecede a produção; • Elaboração de relatórios de análise de consistência, de análise de construtibilidade e Pedidos de Informação ao cliente, de modo a registrar pendências do projeto que é de fornecimento do cliente; • Preparação para o delineamento das atividades de produção, a partir dos levantamentos no maquete eletrônica pertencente à Marinha do Brasil. Conforme Nota Explicativa 9, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total da receita de serviços reconhecida com o referido contrato foi de R\$ 14.206 (R\$ 41.161 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **Contrato ISS (Manutenção):** O Contrato ISS (Manutenção) foi assinado em 10 de agosto de 2022, tendo como objeto a contratação de serviços de engenharia correspondentes a execução e gerenciamento das Manutenções Preventivas associadas a cinco Períodos de Manutenção Atracado (PMA) do Submarino S-40 Riachuelo, um PMA do Submarino S-41 Humaitá, a preparação do primeiro Período de Docagem de Rotina (POR) do Submarino S-40 Riachuelo, e serviços adicionais sob demanda de manutenção corretiva que sejam necessários durante o período de vigência deste contrato, não cobertos pelas Cláusulas de Garantia do Contrato de Construção dos SBRs e, também sob demanda, fornecimento de insumos de estaleiro para o primeiro POR do Submarino S-40 Riachuelo. Conforme Nota Explicativa 9, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total da receita de serviços reconhecida com o referido contrato foi de R\$ 15.481 (R\$ 5.884 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **Posição financeira:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 559.938 (R\$ 344.426 em 31 de dezembro de 2023), capital circulante líquido negativo de R\$ 540.382 (R\$ 390.115 negativo em 31 de dezembro de 2023) e prejuízo de R\$ 215.686 (R\$ 312.677 em 31 de dezembro de 2023) devido principalmente à redução da expectativa de margem do contrato 1B, em função do aumento da expectativa dos custos a serem incorridos para a conclusão do referido contrato. A Diretoria da Companhia aprovou o novo orçamento do contrato 1B durante o mês de novembro de 2024 e espera uma melhora da margem do contrato nos próximos anos com os aditivos contratuais em negociação com a Marinha do Brasil. Atrelado à essa expectativa de melhora de margem e aos novos contratos de negociações em curso, incluindo a expectativa de início do SCPN, a Diretoria planeja reverter de agora os próximos exercícios a condição do patrimônio líquido negativo e capital circulante líquido negativo apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2024. Não obstante, considerando o histórico de empréstimos com partes relacionadas, a Diretoria da Companhia conta com a possibilidade de postergação do pagamento do empréstimo dos acionistas, no valor de R\$140.873, para junho de 2025, valor que se encontra apresentado no passivo circulante. Ademais, importante ressaltar que mesmo havendo dificuldade de caixa para períodos futuros, consta, desde o início dos contratos firmados entre a Companhia e Marinha do Brasil, que os seus acionistas controladores são obrigados a prover todos os meios, fundos e recursos para garantir as obrigações assumidas pela companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras da Companhia referem ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros mensurados pelo valor justo (equivalentes de caixa). **3. Políticas contábeis materiais:** a) **Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal nos seus contratos de receita descritos no próximo tópico. a. **1) Receita de contratos:** Os contratos com execução de projetos, objeto da razão social da Companhia, são negociados a um preço fixo, especificamente para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos intimamente relacionados ou interdependentes em termos de projeto, tecnologia e funções ou de propósito final. A receita com execução de projetos é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução do contrato na data base das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução é o POC (*Percentage-of-Completion* ou Método da Porcentagem Completada), que considera a proporção entre os custos efetivamente incorridos com os serviços executados e o total dos custos orçados para a execução do contrato de construção. A receita de contratos é reconhecida em contrapartida ao contas a receber de clientes. Caso os valores efetivamente recebidos sejam superiores aos valores registrados no contas a receber da Companhia, incluindo os valores faturados e ainda não faturados, referida diferença é registrada no passivo circulante por meio da rubrica "Valores faturados e recebidos em excesso a receita de construção". Quando for provável que os custos totais do contrato ultrapassem a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. As alterações na execução e nas condições do projeto, bem como na lucratividade estimada, incluindo as mudanças resultantes de cláusulas contratuais de multa e de quebrações contratuais, que poderão resultar em revisões de custos e de receitas, são reconhecidas no período em que tais revisões são efetuadas. a. **2) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. b) **Instrumentos financeiros:** reconhecimento inicial e mensuração subsequente. **i) Ativos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia foram integralmente classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado, exceto com relação às aplicações financeiras, classificadas como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **i) Ativos financeiros-Continuação Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). A seguir, demonstramos o resumo das práticas contábeis materiais adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Companhia: • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **Mensuração subsequente:** Passivos financeiros ao custo amortizado. Após reconhecimento inicial, as contas a pagar de fornecedores e empréstimos com partes relacionadas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. c) **Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos, conforme mencionado na Nota 6, e seu valor residual. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou

perda de seu valor recuperável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. d) **Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisões. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. e) **Imposto de renda e contribuição social:** **Impostos correntes:** Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% (valores acima de R\$240) e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos quando sua realização for considerada provável. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no pronunciamento técnico CPC 32 - Imposto sobre o Lucro sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social apurados no exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. f) **Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. g) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros; custos orçados dos contratos de longo prazo; provisão para perdas em ativos; avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A principal premissa relativa a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, é discutida a seguir: **Reconhecimento de receita:** A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime o estágio de execução do contrato até a data-base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Os orçamentos dos projetos incluem estimativas efetuadas pela Companhia e que afetam os custos totais orçados em função da possibilidade de ocorrência de alguns eventos como (i) atrasos parciais ou totais na conclusão das atividades planejadas; e (ii) descolamento dos não indexadores de correção da receita fixada nos contratos em relação aos de correção dos salários e insumos utilizados nas operações. **Ativo fiscal diferido:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. h) **Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

	2024	2023
4. Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa	50.246	32.716
Caixa e bancos	104	13.003
Aplicações financeiras - Certificados de Depósito Bancário	50.350	45.719

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, mantidas no Banco Santander e Banco Safra, possuem liquidez diária, sendo os seus valores de mercado similares aos valores registrados contabilmente, sem risco significativo de alteração de valor e podendo ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade. Essas aplicações financeiras são remuneradas, respectivamente, com base em 88% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício.

	2024	2023
5. Adiantamento a Fornecedores		
Adiantamento a Fornecedores (Circulante)	146	5.832
Adiantamento a Fornecedores (Não Circulante)	5.616	-
	5.762	5.832

Os valores de adiantamento a fornecedores em 2024, foram segregados em curto e longo prazo, sendo o valor de maior relevância de R\$ 5.616 relativo ao OECI, subcontratada da Companhia para realizar serviços de engenharia e montagem do sistema LABGENE do contrato Bloco 40. **6. Outras Contas a Receber:** A Companhia possui créditos a receber decorrentes de precatórios judiciais relacionados a ações movidas contra o Estado do Rio de Janeiro, em função da cobrança de um percentual de ICMS sobre a tarifa superior ao devido nos últimos anos. Ação foi fundamentada na constatação de que o cálculo do imposto incidiu sobre uma base de cálculo indevidamente majorada, resultando no recolhimento



ITAGUAÍ CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A.

CNPJ: 10.827.182/0001-22

exercício de 2024 da ordem de R\$ 215.686, por hora não haverá aumento de capital, visto que também não há reservas para serem usadas para esse propósito. Dessa forma, o capital social da empresa se mantém no valor de R\$1.898 em dezembro de 2024. **10. Valores faturados e recebidos em relação à receita de serviços:** Representado pela diferença dos valores totais faturados pela Companhia, correspondentes ao atingimento dos marcos contratuais estabelecidos nos contratos de serviços, e aos valores totais correspondentes ao reconhecimento da receita de serviços mediante o progresso dos custos efetivamente incorridos em relação aos custos orçados, além de eventuais valores faturados e ainda não recebidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os dados estão compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Projeto 1B		
Receita total do projeto (1)	4.254.428	4.241.001
% de progresso dos custos incorridos (2)	85,34%	82,32%
Receita acumulada reconhecida (3)	3.630.722	3.491.054
Valores faturados e recebidos (4)	3.979.442	3.699.580
Valores faturados em excesso à receita (6)	(348.719)	(208.526)
Projeto SQ - Seção de Qualificação		
Receita total do projeto (1)	165.625	150.773
% de progresso dos custos incorridos (2)	52,88%	33,13%
Receita acumulada reconhecida (3)	87.589	49.955
Valores faturados e recebidos (4)	99.606	68.569
Valores faturados em excesso à receita (6)	(12.017)	(18.614)
Projeto Bloco 40		
Receita total do projeto (1)	354.161	344.017
% de progresso dos custos incorridos (2)	21,08%	17,57%
Receita acumulada reconhecida (3)	74.640	60.434
Valores faturados e recebidos (4)	106.021	98.369
Valores faturados em excesso à receita (6)	(31.381)	(37.935)
Projeto ISS Manutenção		
Receita total do projeto (1)	41.390	35.489
% de progresso dos custos incorridos (2)	60,47%	26,91%
Receita acumulada reconhecida (3)	25.030	9.549
Valores faturados e recebidos (4)	31.119	10.983
Valores faturados em excesso à receita (6)	(6.089)	(1.434)

	2024	2023
Total		
Receita bruta acumulada reconhecida	3.817.981	3.610.992
Receita bruta reconhecida no exercício	206.989	88.977
Total deduções	(3.025)	(1.905)
Total receita líquida	203.964	87.072
Valores faturados e recebidos	4.216.168	3.877.501
Valores não faturados a receber	(398.206)	(266.509)
Valores faturados em excesso à receita	(398.206)	(266.509)

(1) Representa o preço total atualizado, com base nas cláusulas e aditivos contratuais, dos contratos de serviços em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (2) Representa o percentual dos custos efetivamente incorridos pela Companhia na execução dos serviços em relação aos custos totais estimados anualmente pela Administração para cada um dos contratos de acordo com suas melhores premissas e devidamente aprovados pelos órgãos de governança aplicáveis à Companhia. (3) Representa a receita acumulada reconhecida pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pelo método da porcentagem completada, tomando como base o percentual dos custos incorridos em relação ao total dos custos orçados de forma individualizada para cada contrato da Companhia, mediante discussões no âmbito da Administração e subsequentemente aprovados pelos órgãos de governança, conforme mencionado acima. (4) Representa os valores totais faturados pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, de acordo com o atingimento dos marcos contratuais previstos nos contratos de serviços, os quais já se encontram efetivamente recebidos na referida data. (5) Representa a diferença entre a receita acumulada reconhecida e os valores totais faturados pela Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para o projeto 1B, o valor total recebido é inferior a receita reconhecida, dessa forma, a Companhia possui valores não faturados a receber (contas a receber) referente ao contrato. (6) Representa a diferença entre a receita acumulada reconhecida e os valores totais faturados pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, a Companhia possui valores faturados e recebidos em excesso (adiantamento) em relação à receita reconhecida com os respectivos contratos. **11. Partes relacionadas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou operação com a parte relacionada Naval Group referente à prestação de serviços para devolução de materiais que se encontravam em não conformidade com as especificações técnicas, tomando como base as condições pactuadas entre as partes mediante contrato de exportação temporária. Os valores faturados para a parte relacionada foram apurados com base nos custos incorridos pela Companhia para a prestação dos referidos serviços. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou operação com a parte relacionada Naval Group referente à prestação de serviços técnicos de reparos nos submarinos SBR1 (Riachuelo) e SBR2 (Humaitá), tomando como base as condições pactuadas entre as partes mediante contrato firmado de industrialização. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía valores a receber com a Naval Group (R\$ 1.298 em 31 de dezembro de 2023). A receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 975 (R\$ 2.194 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **Empréstimo com parte relacionada:** Refere-se ao empréstimo em aberto que a Companhia possui junto à sua parte relacionada Naval Group, atualizado pela taxa de juros acordada em contrato de 2,5% ao ano e com vencimento para junho 2025. Ao longo do exercício de 2024 a Companhia manteve sua obrigação de empréstimo junto à Naval Group no valor total de €21.000 (correspondente a R\$ 135.162), sendo todos os valores corrigidos a taxa de juros de 2,5% ao ano a partir de janeiro de 2023. (0,5% ao ano para os empréstimos anteriores a jan-23). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidas despesas com juros de R\$ 4.702 (R\$ 531 em 31 de dezembro de 2023) e receita de variação cambial de R\$3.909 e despesas de variação cambial de R\$27.177 (receita de variação cambial de R\$7.323 e despesas de variação cambial de R\$ 3.938 em 31 de dezembro de 2023) referentes ao contrato de empréstimo com a Naval Group. **Remuneração do**

personal-chave: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a remuneração total de salários dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$2.796 (R\$ 2.619 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os seus diretores, principais executivos e demais empregados.

	2024	2023
12. Imposto de renda e contribuição social		
Ativo circulante		
A compensar		
Imposto de renda (i)	5.323	14.432
Contribuição social (j)	2.492	3.226
	7.815	17.658

Ativo não circulante

	2024	2023
Diferido		
Imposto de renda	49.368	68.185
Contribuição social	17.872	24.608
	67.240	92.793

(i) A Companhia realiza a apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo regime do lucro real. Contudo, em 2024, devido ao reconhecimento do contrato oneroso em 2023 e à apuração de prejuízo fiscal no exercício, não houve pagamento de DARFs (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) ao longo do período. A revisão orçamentária e a reavaliação dos custos dos contratos em andamento, conduzidas pela Administração, confirmaram a existência de base negativa de CSLL e prejuízo fiscal ao final dos exercícios de 2023 e 2024. Dessa forma, não houve tributos devidos sobre o lucro real, resultando na ausência de recolhimentos de IRPJ e CSLL no exercício de 2024. Os valores com imposto de renda e contribuição social reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	2024	2023
Diferido		
Imposto de renda	18.817	29.727
Contribuição social	6.735	10.730
	25.552	40.457
Total receita de imposto de renda e contribuição social	25.552	40.457

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2024 são compostos da seguinte forma: (i) R\$14.400 (R\$ 13.444 em 31 de dezembro de 2023) decorrente diferenças temporárias relacionadas a provisões para encargos trabalhistas; e (ii) R\$ 52.840 (R\$ 79.349 em 31 de dezembro de 2023) sobre o prejuízo fiscal apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2022 e 2023 e 2024. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	2025	2026	2027	2028
		13.271	10.179	13.478
			14.164	51.092

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. **13. Despesas antecipadas:** As despesas pagas antecipadamente são registradas pelos valores efetivamente pagos e são reconhecidas no resultado à medida que seus benefícios são obtidos. Listamos abaixo as principais despesas antecipadas relacionadas aos seguros:

Seguradora	Natureza	Projeto	Prêmio	Vencimento	Ativo circulante	Ativo não circulante
Fator seguro	Seguro Garantia	SQ	R\$399	out/25	117	
Fator seguro	Seguro Prestador					
Fator seguro	Seguro	SQ	R\$389	out/25	81	
FairFax	Risco Construção	SQ	R\$1.050	fev/26	262	44
Fator Seguros	Seguro Garantia	ISS				
Fator Seguros	Seguro Garantia	Ponte	R\$257	mai/25	12	
FairFax	Seguro Reparador	Ponte	R\$484	jan/25	42	
Fator Seguros	Seguro Garantia	BL40	R\$686	nov/25	176	
Fator Seguradora	Garantia de Pagamento	BL40	R\$2.059	nov/25	527	
HDI Global	Responsabilidade Civil	BL40	R\$317	25-fev/26	88	7
AIG Seguros	Responsabilidade Civil	1B	R\$230	fev/25	38	
AIG Seguros	Risco Cibernético	1B	R\$140	nov/25	128	
Fator Seguro	Seguro Garantia	1B	R\$6.409	dez/25	2565	
FairFax	Seguro Reparador	1B	R\$745	jan/25	63	
Berkley Internacional	Responsabilidade Civil	1B	R\$124	nov/25	114	
Total					4213	51

	2024	2023
14. Custos de produção		
Pessoal	(247.153)	(263.735)
Serviços de terceiros	(43.934)	(67.956)
Seguros	(26.035)	(31.155)
Materiais	(21.715)	(28.046)
Depreciação	(130)	(2.744)
Viagens	(752)	(802)
Energia elétrica	(9.144)	(15.352)
Outros	(437)	(11.150)
	(349.300)	(420.940)

	2024	2023
15. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Rendimentos auferidos nas aplicações financeiras	5.729	8.372

	2024	2023
Atualização de créditos tributários	1.858	2.599
Variação cambial	3.909	7.323
	11.497	18.294
Despesas financeiras		
Impostos sobre receita financeira	(494)	(555)
Variação cambial	(27.177)	(3.938)
Instrumentos financeiros - derivativos	-	(15.283)
Multas e juros	(5.232)	(974)
	(32.903)	(20.750)
Resultado financeiro, líquido	(21.406)	(2.456)

16. Adiantamentos de cliente: Saldo de adiantamentos de cliente representado pelo valor de R\$17.746 recebido até 31 de dezembro de 2024 relacionado ao Contrato 2B, o qual se encontra em fase negociação para andamento das próximas fases.

17. Instrumentos financeiros: a) **Classificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar e empréstimos com partes relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor contábil dos instrumentos financeiros correspondia substancialmente a seu valor de mercado, com exceção dos empréstimos com partes relacionadas que, devido a condições especiais, tem os juros de acordo com valor de mercado. b) **Administração de riscos:** O desempenho financeiro da Companhia depende de sua habilidade em compreender e controlar eficazmente os riscos a que está sujeita no curso normal de seus negócios. Esses riscos incluem, principalmente, os riscos de liquidação, de taxa de juros, de crédito, de preços, financeiro e de variação cambial. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias de riscos definidas pela administração da Companhia. c) **Risco de preços:** Os contratos no qual a Companhia encontra-se engajada são caracterizados como contratos a preço fixo. A margem real de lucro desses contratos pode variar em relação à margem estimada quando do orçamento de custos no momento da proposição do preço contratual, em decorrência de variações não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados, dificuldades na obtenção de financiamentos necessários ou em permissões ou aprovações governamentais; alterações de projeto resultando em custos inesperados; atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de fornecedores contratados. Com o objetivo de minimizar os riscos de preços, o contrato a preço fixo em início de execução pela Companhia tem seu orçamento revisado periodicamente, considerando reajustamento contratual e incluindo no orçamento revisado as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados. d) **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros na data de vencimento, devido à falta de recursos disponíveis ou à dificuldade em obter financiamento a custos adequados. A política da Companhia é manter níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa, bem como negociações com cliente para repactuação de marcos com objetivo de antecipar pagamentos e garantir a operacionalidade da Companhia. e) **Risco de Mercado:** O risco de mercado refere-se à possibilidade de oscilações em taxas de juros, taxas de câmbio e preços de mercado impactarem os ativos e passivos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia segue a orientação determinada pelo Board, que é quem define as diretrizes financeiras da empresa de modo a mitigar riscos relacionados às taxas de mercado. f) **Risco Cambial:** O risco cambial refere-se à exposição da Companhia a flutuações nas taxas de câmbio, especialmente sobre passivos denominados em moeda estrangeira. A empresa possui operações em euros (EUR), sendo impactada por variações cambiais. A Companhia hoje não faz hedge cambial para cobertura de sua dívida em Euro. Uma decisão do Board da empresa que entende hoje ser a melhor estratégia para continuidade da mesma. g) **Análise de sensibilidade:** A Companhia mantém parte de sua estrutura de financiamento em moeda estrangeira, com obrigações denominadas em euros (EUR). Dessa forma, a dívida está sujeita às flutuações da taxa de câmbio EUR/BRL, o que pode impactar seu valor consolidado em reais e aumentar o custo financeiro ao longo dos próximos anos. Com o objetivo de avaliar o impacto da variação cambial na dívida financeira, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade, considerando diferentes cenários para a taxa de câmbio EUR/BRL nos próximos três anos.

	Em 2025	Em 2026	Em 2027
Risco	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Valor do Euro	6,4	8,0	9,6

18. Provisão para contrato oneroso: Após a revisão anual do orçamento dos custos relacionados aos contratos da Companhia, realizada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2025, constatou-se que, ainda em 2025, devido à falta de assinatura de novos contratos e à consequente não melhoria na margem do Contrato 1B, permanece a necessidade de ajustar o valor do contrato oneroso relativo ao 1B. Isso se deve ao aumento dos custos ao longo de 2024, causado pelos atrasos na conclusão do projeto. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2024 no total de R\$ 39.293 (R\$ 17.246 em dez-23), representa a expectativa dos custos para satisfazer as obrigações do contrato que estarão excedendo os benefícios econômicos recebidos relacionados ao Contrato 1B. **19. Provisão para contingência:** A Companhia atua em processos trabalhistas decorrentes de reclamações ajuizadas por ex-colaboradores e terceiros, relacionadas a questões como verbas rescisórias, equiparação salarial, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, entre outros direitos previstos na legislação trabalhista vigente. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, monitora continuamente esses processos e classifica as contingências conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25, que determina o reconhecimento contábil de provisões apenas quando há uma obrigação presente, com saída provável de recursos e valor estimável de forma confiável. A Companhia mantém provisão registrada para processos classificados como de perda provável no valor de R\$ 4.001 com base em estimativas de seus advogados e histórico de decisões judiciais e acompanha outros processos de categoria possível da ordem de R\$ 11.320.

Presidente: Renaud Jean Roger Poyet; Contador: Carlos Eduardo Ribeiro de Assumpção Marques-CRC: 088005/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras: A Diretoria e ao Conselho de Administração da Itaguaí Construções Navais S.A. (**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Itaguaí Construções Navais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaguaí Construções Navais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de 215.686 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em 540.382 mil e, apresenta patrimônio líquido negativo de 559.938 mil. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Transações relevantes com a Marinha do Brasil:** Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém transações com o cliente Marinha do Brasil em montantes significativos nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 19 de março de 2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, § Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. § Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. § Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. § Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. **Outros assuntos:** A administração da Companhia é responsável por assegurar que a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 11 de março de 2025. Forvis Mazars Auditores Independentes CRC:2SP023701/O-8; Marcelo Nogueira de Andrade Contador CRC RJ:086312/O-6.